

TÍTULO: MOVIMENTO PELA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE: AÇÕES DE ROCHA POMBO E DO ESTADO DO PARANÁ (1892)

NÉVIO DE CAMPOS¹ - PPG-UFPR

O projeto de ensino superior pensado por Rocha Pombo estava estruturado por um amplo programa. Não estava reduzido ao modelo de faculdades isoladas e técnicas. As faculdades e escolas isoladas e de formação profissional representavam o único modelo de formação superior no Brasil dos oitocentos. No pensamento de Rocha Pombo, a formação universitária deveria ser a expressão da totalidade do conhecimento humano. Neste sentido, a proposição de criação da faculdade de letras, da faculdade de formação de professores e da faculdade técnica indicam que este intelectual paranaense postulava outro ideário societário para o Brasil. Além do mais, fazia proposição de integrar a Escola Normal e o Ginásio Paranaense à universidade.

David Carneiro considera a lei que autorizava a criação da universidade como resultado do esforço dos dirigentes políticos do Paraná. O autor afirma que as autoridades políticas estavam profundamente interessadas em constituir a universidade neste Estado. No nosso entendimento, é possível relativizar a presença do Estado como ente responsável naquele momento. Em suas anotações pessoais, publicados em 1953, por Valfrido Piloto, Rocha Pombo dizia, “desiludido de conseguir o capital para a fundação do estabelecimento em edifício próprio, procurei torná-lo exequível requerendo ao Congresso da policazinha que, em vez de uma garantia de juros que de nada me servia (porque o Estado não se garantia a si, quanto mais a outrem...), me concedesse uma subvenção de 60 contos, para inaugurar logo provisoriamente a Escola” (POMBO Apud PILOTO, 1953, p. 24).² A lei de 1892 concedia por cinquenta anos, o direito a Rocha Pombo de organizar a universidade no Paraná. Além disso, determinava que o erário público se comprometia a

¹ Doutorando em História e Historiografia da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná.

² PILOTO, V. **Rocha Pombo**. Curitiba, 1953.

pagar 6% de juros ao ano sobre o valor efetivamente empregado. Não obstante, o poder público não estabeleceu subvenção ao projeto universitário.

No nosso entendimento, a lei de 1892 somente aparentemente representava o interesse das autoridades políticas na criação da universidade no Paraná, pois ela consistiu em obstáculo ao seu empreendimento à medida que não estabeleceu nenhuma subvenção ao projeto. Rocha Pombo não reconhecia o efetivo apoio dado pelos políticos paranaenses ao projeto universitário. Por que não concedeu subvenção? Por que se comprometeu a pagar juros de 6% ao ano ao valor investido por Rocha Pombo?

A trajetória de Rocha Pombo indica uma possibilidade interpretativa, pois manteve relações bastante conturbadas com a elite política paranaense. A sua incursão pela via política começou com o contato com seus amigos de Morretes. Segundo ele, aprendeu muito cedo o gosto pelas questões da política, pois tinha acesso a diversos jornais locais (Curitiba), nacionais e estrangeiros. Não há dúvida de que ele tinha uma profunda relação com o jornalismo. Em 1879 enviou para Serafim José Alves, editor da revista **A Escola**, do Rio de Janeiro o seu artigo intitulado “Duas palavras sobre a instrução pública” que fora publicado nesta e na revista **Del Plata**, de Buenos Aires. No mesmo ano, funda com a colaboração de José Gonçalves de Moraes, o periódico **O Povo**, primeiro jornal abolicionista em Morretes.

Barão do Serro Azul é responsável pela inserção de Rocha Pombo no partido conservador, bem como no debate das questões ligadas à política. O referido amigo exerceu papel muito forte no gosto pela política local. Certamente o fato do Barão do Serro Azul ser defensor da liberdade, mesmo sendo do partido conservador, estreitou a relação entre ambos. A sua ação política se efetiva no periódico, mesmo após participar de atividades parlamentares. A aproximação entre Rocha Pombo e Partido Conservador teve forte impacto no processo de não constituição do projeto universitário. Ou melhor, o fato deste intelectual estabelecer sua trajetória política naquele partido foi determinante para a inexpressiva contribuição do Estado ao projeto universitário.

Nos anos de 1890, Rocha Pombo não encontra no grupo dirigente do Paraná apoio significativo ao seu projeto. Naquele momento, foi comum atribuir o adjetivo “utópico” a Rocha Pombo. No senso comum este termo tem conotação pejorativa. Não foi raro justificar o fracasso do projeto de 1892 pelo romantismo daquele autor. Os fundadores da universidade, em 1912, afirmaram que a Curitiba de 1892 não tinha atingido o progresso necessário que justificasse a criação de uma instituição de ensino superior. Esta afirmação sugere que Rocha Pombo organizou um projeto que não cabia no seu tempo, portanto, um intelectual limitado, não capaz de ler o “espírito de seu tempo”. O nascimento da universidade europeia se dá no século XII. Ora, não é possível sustentar a idéia de que a universidade não tinha espaço no cenário curitibano do final do século XIX, particularmente utilizando o baixo índice demográfico e industrial como argumentos. Nós queremos relativizar este argumento, afirmando que a escola e/ou a universidade são produtoras e produtos de um novo *ethos* da sociedade. Nestes termos, o projeto universitário de Rocha Pombo foi concebido como parte fundamental no processo de constituição da modernização de Curitiba e do Paraná. Porém, é inegável que o modelo de universidade é produto, também, do *ethos* da modernidade.

No Paraná, no último quartel do século XIX, há intensa discussão entre os intelectuais e dirigentes políticos sobre a modernização do estado e da capital. Este grupo sentia necessidade de espaços específicos de instrução que formasse uma elite capaz de instituir de modo acelerado e racional a modernização da produção, dos meios de transporte, de comunicação, enfim, de todos os elementos considerados obsoletos.

A modernização do Paraná era pretensão do grupo ervateiro, genericamente falando. Para tanto, a universidade representava o lugar ideal para preparar a elite dirigente para implementar a modernização da capital e do estado. O lugar para formar o agente responsável pelo processo de modernização da cidade e do estado era a universidade. Não obstante, não cremos que o grupo ervateiro estava imbuído da necessidade de industrializar o Paraná, rompendo com a produção do mate. Era preciso aliar as duas coisas, ou melhor, pôr a industrialização a serviço da produção ervateira. O grupo não abria

mão de seus interesses econômicos ligados ao mate. Estamos com isso afirmando que a oligarquia do mate tinha posições antagônicas sobre esta questão, isto é, era um grupo heterogêneo. Não obstante, ao menos a principal liderança dos ervateiros, o Barão do Serro Azul, tinha grande interesse em desenvolver a modernização no Paraná. No entanto, nem sempre o grupo (ervateiro) aceitava profundas mudanças na organização sócio-econômica do estado.

Rocha Pombo visa, através do Estado, a modernização da sociedade curitibana/paranaense. O grupo ligado à erva mate representava, naquele contexto, o setor mais indicado a corroborar com o seu ideário societário. A figura do Barão do Serro Azul é bastante significativa para indicar a possibilidade de implementar o projeto capaz de efetivar a modernização do Paraná. Barão do Serro Azul atuou na condição de empresário ervateiro, político representante de seu grupo e destas esferas propôs diversas reformas que considerava fundamental para o progresso do estado.

As propostas do legislador Rocha Pombo foram recusadas na sua maioria. O grupo fazendeiro impediu a aprovação das propostas de incentivo à indústria ervateira e ao processo de instituições de novas indústrias. O próprio grupo ervateiro não assimilou o discurso de Rocha Pombo de defesa de diversificação da produção agrícola. Nestes termos, os dois anos atuando como deputado implicou em derrota da sua estratégia. Enganara-se este intelectual quando acreditou que da esfera estatal poderia implementar o projeto de modernização do Paraná. Os grupos políticos paranaenses estavam envolvidos sobremaneira em seus interesses particulares, o que os impediam de enxergar nas propostas de Rocha Pombo um projeto de ampliação dos negócios que corroborariam com a mudança da sociedade paranaense. Em outros termos, acreditamos que a maior parte do grupo político paranaense, do último quartel do século XIX, privilegiou o debate em torno das questões de interesses familiares, grupais, locais. Daí o desencanto de Rocha Pombo pela via parlamentar como meio para se processar um novo *ethos* na sociedade paranaense. Acreditamos que Rocha Pombo “longe de ser o idealista sem discernimento das ‘regras do jogo’, que lutava, sozinho, por projetos irrealizáveis, era um lutador, sim,

mas que [não] cultivava as alianças necessárias para levar adiante os seus projetos” (BEGA, 2003, p. 487).³

Rocha Pombo continua acreditando no seu ideário de renovação cultural. O que muda nos anos de 1890 é a sua estratégia de ação. Se em meados dos anos de 1880 acreditou que a ação parlamentar seria espaço propício para realização de seus projetos, na nova década elege as associações livres e órgãos literários (periódicos) como instituições fundamentais para intervenção intelectual, entre os quais destacamos a sua atuação no período de 1895-1897 na Revista **O Cenáculo**, momento em que escreveu o conto intitulado **Em torno da terra**, no qual faz uma apologia explícita da modernidade. Certamente tratava-se de uma concepção muito peculiar. O seu projeto de modernidade perpassava pela técnica científica, não obstante, não prescindia dos saberes filosóficos, artísticos, ou se quisermos, dos conhecimentos intuitivos. Em última instância, as idéias deste intelectual estavam inseridas no movimento que denunciou a racionalização exacerbada da modernidade. Ele foi leitor de Nietzsche, portanto, postulava os limites da pretensão do projeto racional da modernidade. A modernidade se caracteriza pela tentativa do controle racional do mundo físico e da sociedade, bem como pelo expurgo da subjetividade. O projeto societário da modernidade consistia no projeto da razão. Para Rocha Pombo este ideário não se sustentava. Não era possível negar as instâncias poética, religiosa e intuitiva da vida humana.

Mesmo não estando participando ativamente na esfera política, em 1892, solicita ao Estado, subvenção para seu projeto universitário. Este episódio expressa a sua crença e, ao mesmo tempo, a sua decepção com o poder do Estado como ente catalisador da modernidade. Crença porque busca no Estado o financiamento de seu projeto universitário. E desencanto porque vê obstruído o seu projeto por falta de apoio dos grupos políticos do Paraná.

³ BEGA, M. T. S. No centro e na periferia: a obra histórica de Rocha Pombo. In: LOPOES, M. A. **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

A ausência de financiamento do Estado foi decisiva para a capitulação do projeto de 1892. Nas anotações pessoais, afirma Rocha Pombo, “e isso [inaugurar a universidade] eu estava habilitado a fazer, visto como já tinha tudo organizado, - estatutos, regulamentos, programas, etc. A subvenção que eu pedia era equivalente, quando muito, à despesa que o Estado fazia mantendo um Ginásio e uma Escola Normal” (POMBO Apud PILOTO, 1953, p. 24). Cabe ressaltar que na lei aprovada pelo congresso estadual e sancionada pelo governador, expressava no art. 5º., “logo que a Universidade seja inaugurada, ficarão extintos o Ginásio Paranaense e a Escola Normal, que constituirão uma das seções da mesma Universidade, com as regalias que competem e que vierem a este estabelecimento” (CARNEIRO, 1972, p. 109).⁴

Ora, se seriam extintos o Ginásio Paranaense e a Escola Normal, ou melhor, se seriam absorvidos pela universidade, que razão teriam os dirigentes políticos do Paraná para não conceder a subvenção pedida por Rocha Pombo? Certamente, não se tratava de uma razão financeira. No entender de Rocha Pombo, “de sorte que a questão cifrava-se em escolher entre uma Escola [universidade] com 4 ou 5 cursos integrais e superiores, de entrada, internato e externato do Ginásio, e Escola Normal, etc.- e o estabelecimento existente, incompleto, mal administrado e quase inútil, a julgar mesmo pela freqüência que sempre teve” (POMBO Apud PILOTO, 1953, p. 24). Na concepção do intelectual a razão para a não subvenção não foi financeira, haja vista que os gastos seriam os mesmos, entre manter as duas instituições existentes e a universidade. Nas anotações, afirma Rocha Pombo, “mas os estadistas paranaenses não quiseram escolher. Há um deles que se morde de raiva quando ouve dizer que a minha idéia é boa. O coitado do botocudo!” (p. 24).⁵ A falta de apoio político ao projeto universitário expressa a complexidade do próprio Estado. Nesta esfera se instauram profundas disputas de grupos, de partidos. Antes de se debater projetos políticos e culturais, os indivíduos estão imbuídos dos interesses particulares. Em outros termos, a disputa que ocorre no palco do Estado nem sempre se dá

⁴ CARNEIRO, D. **Educação, universidade e história da primeira universidade do Brasil**. Curitiba: UFPR, 1972.

⁵ O botocudo em questão era o apelido dado a Vicente Machado por seus adversários.

por projetos culturais conflitantes, mas por artimanhas partidárias para a conquista do poder, disputas que buscam, em última instância, a manutenção de interesses particulares. Em termos teóricos, é interessante a posição do intelectual preocupado apenas em debater e afirmar sua concepção de universidade. Rocha Pombo, não representa o intelectual clássico, isto é, aquele que tem como preocupação única e exclusiva promover reflexões no campo teórico. Ele objetivava debater, sistematizar um projeto universitário, mas acima de tudo visava concretizar seu ideário, ou seja, é um intelectual engajado. No entanto, na medida em que busca efetivar o seu projeto, está na instância do jogo dos interesses particulares dos partidos e dos grupos.

As relações entre Rocha Pombo e os grupos políticos paranaenses foram conturbadas. Nestes termos, a trajetória intelectual de Rocha Pombo foi de participação nas atividades sociais, sintetizando e sistematizando as idéias e propondo projetos culturais. Não obstante, não foi capaz de mobilizar e unificar os grupos dirigentes e intelectuais paranaenses a realizarem os fins determinados pelo seu ideário. Não basta que o intelectual participe das atividades culturais de seu tempo e de seu lugar, é preciso que mobilize os indivíduos a fim de que seus projetos sejam realizados. Nesse sentido, a recusa do Estado em subvencionar a universidade de Rocha Pombo é expressão da falta de articulação entre o seu ideário e as políticas públicas implementadas pelos dirigentes do Estado do Paraná, ou melhor, da ingenuidade de acreditar que no campo político a racionalidade é argumento auto-suficiente para gerar contrapartida da esfera estatal. Não basta que os projetos sejam significativos, é preciso que sejam legitimados pelos dirigentes políticos. Ora, o que torna um projeto legítimo na esfera política? Certamente, é preciso convencer aqueles que tomarão as decisões sobre que área será investido o dinheiro público. Foi isso que faltou para Rocha Pombo, em 1892.

Percorremos algumas páginas para evidenciar que as autoridades políticas paranaenses não empreenderam em conjunto com Rocha Pombo o projeto universitário. Nestes termos, não é possível sustentar a tese tão difundida de que o fracasso do projeto de 1892 deve-se ao fato da inexpressiva condição social, cultural e econômica de Curitiba.

Em nosso entendimento, foi estabelecida uma imagem muito positiva da elite dirigente do Paraná. Ela é representada como grupo abnegado das querelas partidárias, extremamente comprometido com as questões culturais. Segundo David Carneiro, o Estado do Paraná esteve a serviço da cultura paranaense. Não cremos que os grupos dirigentes estavam profundamente comprometidos com os projetos culturais organizados por Rocha Pombo.

O projeto de 1892 não se efetivou porque faltou a Rocha Pombo uma estratégia no sentido de forjar um grupo coeso e forte em torno de seu ideário universitário. Neste sentido foi ingênuo, pois desconsiderou as disputas locais e particulares ao solicitar apoio do Estado para implementar seu projeto universitário. Ingênuo porque ele percorreu a esfera política desde o final dos anos de 1870 e, no biênio 1886-1887 conviveu intimamente com a rotina dos legisladores. Não obstante, já dissemos anteriormente, a sua atuação de legislador tornara-o impopular e, sem dúvida, em 1892, esta marca ainda estava muito presente entre as autoridades políticas paranaenses.